

Moção de censura n.º 1/XV-1ª

Moção de censura ao XXIII governo constitucional

Acabar com a deterioração constante da credibilidade do Governo e o empobrecimento crónico dos portugueses

Nas últimas eleições legislativas o Partido Socialista conseguiu maioria absoluta na Assembleia da República. Sobre esta circunstância há dois pontos a destacar: é verdade que os socialistas conseguiram cerca de 40% dos votos, mas também é verdade que mais de 50% dos portugueses se abstiveram nas eleições, pelo que não podemos presumir que representam a maioria dos cidadãos mas tão somente a maioria dos votantes. Por outro lado, uma maioria absoluta nunca pode ser um cheque em branco para que o Partido no poder possa fazer tudo que entender, nomeadamente, lesar os portugueses e não governar com a dignidade que merecem. Uma maioria absoluta não se pode tornar em prepotência absoluta!

Dito isto, numa maioria absoluta a oposição ganha especial relevância e o CHEGA, seja sob que circunstâncias for, nunca se vai escusar de defender os portugueses e de liderar essa mesma oposição.

Estamos perante um Governo sem estratégia e os escassos meses do XXIII Governo Constitucional foram já prova bastante da sua falta de capacidade e organização. A este respeito basta referir três questões em particular, que o Governo se tem mostrado incapaz de resolver:

1. Caos na saúde;
2. Crise nos combustíveis;

3. Completa falta de articulação no seio do Governo e desautorização e fragilização extrema de alguns ministros.

Todos eles têm impacto directo na vida dos portugueses.

O primeiro coloca imediatamente em causa a sua saúde e bem-estar. O SNS está em colapso e a política socialista apenas tem conseguido acentuar as carências existentes no serviço público. Note-se que, relativamente 2020 a DGS identificou seis picos de excesso de mortalidade ao longo desse ano, mas a Covid-19 só explica dois deles. O Bastonário da Ordem dos Médicos, a este respeito referiu que o ano 2020 foi "ano negro" no acesso a cuidados de saúde¹. Mal ele sabia que a situação no SNS ia piorar bastante desde as suas declarações, em Maio deste ano. Desde aí, sucessivamente, tem havido notícia de urgências obstétricas encerradas de norte a sul do país por falta de médicos, obrigando à transferência de grávidas de hospital para hospital, tendo culminado com a morte de um bebé nas Caldas da Rainha alegadamente por falta de obstetras no hospital.

Esta situação tem criado um sentimento de insegurança no que diz respeito aos cuidados de saúde materna e infantil e deixa evidente um problema estrutural a que o Partido Socialista claramente não sabe e não consegue dar resposta. O que é que o Primeiro-Ministro fez quanto a isto? Nada, a Ministra da Saúde continua em funções.

Outra crise cujo fim não se prevê é a dos combustíveis. O governo já por várias vezes anunciou medidas para reduzir o preço exorbitante dos combustíveis, mas tem falhado absolutamente, e a subida dos preços tem onerado excessivamente as famílias e as empresas. A verdade é que nem só a guerra na Ucrânia justifica o constante aumento do preço dos combustíveis em Portugal, pois antes disso o nível de tributação já era extremamente elevado. A carga fiscal aplicada aos combustíveis representa cerca de 57% do preço pago pelo consumidor.² Entretanto o Governo veio anunciar um desconto sobre o ISP mas segundo dados oficiais da Entidade Reguladora dos Serviços

¹ <https://observador.pt/2022/05/28/covid-nao-explica-todo-o-excesso-de-mortalidade-em-2020/>

² <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/peso-dos-impostos-por-litro-de-combustivel-equivale-a-54-na-uniao-europeia-e-63-em-portugal>

Energéticos, a margem bruta de venda cresceu 59,41% na gasolina e 80,21% no Gasóleo, incorporando assim grande parte dos 0,20€/litro reduzidos no ISP. Ora o aumento do preço dos combustíveis tem levado necessariamente a um aumento generalizado dos preços. Por exemplo, o preço de um cabaz de bens essenciais disparou 21,63 euros, o que representa um aumento de 11,78% face ao registado em Fevereiro deste ano³. O que é que o Primeiro-Ministro fez quanto a isto? Nada, o Ministro das Finanças continua em funções.

Mas a gota de água aconteceu esta semana, quando sem que ninguém o esperasse o Ministro das Infraestruturas anunciou que não se iria construir um aeroporto novo, mas dois: um no Montijo e outro em Alcochete. Fá-lo, aparentemente, sem o acordo do Primeiro-Ministro, sem ter comunicado ao Presidente da República, sem qualquer contacto com a oposição e sem respeito pela legislação em vigor. Acabando por resultar num episódio, no mínimo caricato, em que no dia seguinte à publicação do despacho de Pedro Nuno Santos, o Primeiro-Ministro anuncia que procederá à revogação do referido despacho, deixando evidente que o Ministro o tinha desautorizado perante todo o país e que não existem condições para governar.

Por bem menos do que esta absoluta confusão institucional, o então Presidente da República, Jorge Sampaio, dissolveu a Assembleia da República na XIX legislatura. Na altura, face a uma série de episódios consecutivos e menos felizes do governo liderado por Santana Lopes, escreveu o Presidente da República:

“Depois de lhe ter assegurado todas as condições necessárias para o desempenho da sua missão, o país assistiu a uma série de episódios que ensombrou decisivamente a credibilidade do Governo e a sua capacidade para enfrentar a crise que o país vive. Refiro-me a sucessivos incidentes e declarações, contradições e descoordenações que contribuíram para o desprestígio do Governo, dos seus membros e das instituições, em geral. Dispensamo-me de os mencionar um a um, pois são do conhecimento do país. A sucessão negativa desses acontecimentos impôs uma avaliação de conjunto, e não

³ <https://eco.sapo.pt/2022/05/20/preco-do-cabaz-de-bens-essenciais-recua-apos-tres-semanas-a-subir/>

apenas de cada acontecimento isoladamente. Foi essa sucessão que criou uma grave crise de credibilidade do Governo”.⁴

Hoje, com alguns episódios inéditos na vida política portuguesa, o país assiste de forma bem mais gravosa à deterioração da credibilidade do primeiro-ministro e do governo.

A par de tudo isto, resulta também evidente que há uma total ausência de estratégia para a direcção do país e mais especificamente para o sector aeroportuário que é um sector absolutamente fundamental para a economia portuguesa. Nos últimos 9 anos o país registou uma taxa de crescimento médio anual de 7,2% nas dormidas, o que se traduz num aumento de 37 milhões de dormidas em 2010 para 70 milhões de dormidas, em 2019, o maior valor de que há registo. Para além disso, observou-se igualmente nas receitas turísticas uma taxa média de variação anual de 10,3%, nos últimos 9 anos, o que permitiu que de 7,6 mil milhões de receitas em 2010 o aumento fosse para 18,4 mil milhões em 2019⁵. Com a estratégia correcta este valor pode ser superior e o turismo pode continuar a contribuir fortemente para o desenvolvimento económico do nosso país. A cada ano que se atrasa a construção do novo aeroporto, deita-se dinheiro dos portugueses ao lixo. O que é que o Primeiro-Ministro fez quanto a isto? Nada, o Ministro das Infraestruturas continua em funções.

Face a estas circunstâncias, o CHEGA entende que os responsáveis principais pela situação do país e pelo caos governativo em curso têm rosto: Marta Temido e Pedro Nuno Santos. É responsabilidade do Primeiro-Ministro a condução da política governamental, mas também a escolha dos membros do Governo, manter a confiança nestas pessoas é ditar o país ao insucesso e inevitavelmente entrar numa crise económica e social profunda. O CHEGA acredita que ainda é tempo de mudança e de reverter este caminho, mas para que isso aconteça são necessárias mudanças e reformas, que este Governo não parece capaz de promover.

⁴ <https://www.dn.pt/politica/as-sete-dissolucoes-da-assembleia-da-republica-desde-o-25-de-abril-14286379.html>

⁵ http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx

Ontem, o Governo da República Portuguesa atingiu, a nível interno e externo, o grau zero de credibilidade institucional e política. Cabe ao Parlamento assinalar isso e resgatar, sem qualquer hesitação, o prestígio das instituições!

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA apresentam uma moção de censura ao XXIII Governo Constitucional, com o seguinte teor:

“A Assembleia da República delibera, nos termos do art. 194.º, da Constituição da República Portuguesa, censurar o XXIII Governo Constitucional”.

Palácio de São Bento, 1 de Julho de 2022,

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa